AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NO TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DA DISLEXIA

PAULA ANDRÉIA FERNANDES DE CARVALHO

RESUMO

Atualmente muito tem sido investigado e discutido sobre a aquisição das habilidades de leitura e escrita e as possíveis dificuldades associadas. O conhecimento desenvolvido nesta área tem oferecido subsídios mais sólidos para o psicopedagogo refletir e fundamentar sua prática. Uma das dificuldades mais frequentes com as quais os professores se deparam é a dislexia. A psicopedagogia pode ser uma aliada no trabalho pedagógico em relação a essa dificuldade, instrumentalizando o profissional a qualificar seu trabalho em sala de aula. O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa teórica realizada em material bibliográfico de referência além de pesquisa em bases de dados online.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico Psicopedagógico; Distúrbio de Leitura e Escrita; Dislexia; Trabalho Pedagógico.

INTRODUÇÃO

Na busca por conhecimentos que me levassem a entender as questões relativas ao distúrbio de leitura e escrita, me aproximo também de algumas leituras acerca dos fatores que evidenciam a eficácia dos instrumentos de avaliação para a elaboração de um diagnóstico psicopedagógico em distúrbio de leitura e escrita, noção que vem se destacando na literatura da área, principalmente na última década, e influenciando as práticas psicopedagógicas em se tratando do processo de ensino-aprendizagem. Mas se, de um lado, as teorias e as discussões nessa área têm oferecido subsídios mais sólidos para os psicopedagogos refletirem e fundamentarem melhor suas práticas, de outro, chama a atenção o fato de que parte significativa dos psicopedagogos não têm conseguido obter resultados satisfatórios na compreensão e apropriação de uma metodologia para auxiliar na prática e atuação, de maneira que compreendamos as incapacidades e os bloqueios que dificultam ao sujeito-cliente com dificuldades no processo ensino-aprendizagem de leitura e escrita.

O psicopedagogo visa facilitar o caminho percorrido pelo sujeito-cliente, buscando alternativas para o indivíduo desenvolver suas capacidades de monitorar e autorregular os seus processos cognitivos. Sendo assim, as formas de diagnóstico nos fornecem dados ou informações sobre o que pretendemos conhecer e melhorar na intervenção na clínica e nas instituições escolares ou alfabetizadoras. O foco deste artigo é a contribuição da psicopedagogia junto às instituições escolares, focada no trabalho do professor e em como qualifica-lo para atender a casos de distúrbios de escrita, mais precisamente a dislexia.

Esperamos assim contribuir para a construção de conhecimentos sobre a ação dos psicopedagogos nas instituições escolares, nas suas reflexões a respeito da elaboração do diagnóstico de distúrbio de leitura e escrita e na contrapartida que deve ser oferecida pelas instituições a esses profissionais de forma a qualificar o âmbito pedagógico.

O que é psicopedagogia?

Psicopedagogia é o campo do saber que se constrói a partir de dois saberes e práticas: a pedagogia e a psicologia. O campo dessa mediação recebe também influências da psicanálise, da lingüística, da semiótica, da neuropsicologia, da psicofisiologia, da filosofia humanista-existencial e da medicina.

A psicopedagogia nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem e se tornou uma área de estudo específica que busca conhe-

cimento em outros campos e cria seu próprio objeto de estudo Ocupa-se do processo de aprendizagem humana: seus padrões de desenvolvimento e a influência do meio nesse processo.

A Psicologia e a Pedagogia são as áreas “mães” da psicopedagogia, mas não são suficientes para embasar todo o conhecimento necessário. Desta forma, foi preciso recorrer a outras áreas, como a Filosofia, a Neurologia, a Sociologia, a Psicolingüística e a Psicanálise, no sentido de alcançar uma compreensão multifacetada do processo de aprendizagem.

Nesse lugar do processo de aprendizagem coincidem um momento histórico, um organismo, uma etapa genética da inteligência e um sujeito associado a tantas outras estruturas teóricas, de cuja engrenagem se ocupa e preocupa a Epistemologia; referimo-nos principalmente ao materialismo histórico, à teoria piagetiana da inteligência e a teoria psicanalítica de Freud, enquanto instauram a ideologia, a operatividade e o inconsciente .

O campo de atuação da psicopedagogia é focado no estudo do processo de aprendizagem, diagnóstico e tratamento dos seus obstáculos, sendo o psicopedagogo responsável por detectar e tratar possíveis obstáculos no processo de aprendizagem; trabalhar o processo de aprendizagem em instituições de indivíduos ou grupos e realizar processos de orientação educacional, vocacional e ocupacional, tanto na forma individual ou em grupo.

As áreas de estudo se traduzem na observação de diferentes dimensões no processo de aprendizagem: orgânico, cognitivo, emocional, social e pedagógico. “A interligação desses aspectos ajudará a construir uma visão gestáltica da pluricausalidade deste fenômeno, possibilitando uma abordagem global do sujeito em suas múltiplas facetas” .

Aprendizagem

Aprendizagem é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. De acordo com a nova ênfase educacional, centrada na aprendizagem, o professor é co-autor do processo de aprendizagem dos alunos. Nesse enfoque centrado na aprendizagem, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente.

Há anos, que na prática pedagógica educadores do ensino público ou privado, detectam no meio escolar, casos de alunos com “problemas de aprendizagem” ou “não-aprendizagem”.

Há na literatura vários modos de conceituar aprendizagem, muitos autores se preocupam em definir o tema na visão psicopedagógica. Alicia Fernández (2001) relata que todo sujeito tem sua modalidade de aprendizagem e os seus meios para construir o próprio conhecimento, e isso significa uma maneira muito pessoal para se dirigir e construir o saber.

Já Piaget (1976) busca subsídios na linha cognitivista para desenvolver uma caracterização do processo de aprendizagem. Ele afirma que a aprendizagem é um processo necessariamente equilibrante, pois faz com que o sistema cognitivo busque novas formas de interpretar e compreender a realidade enquanto o aluno aprende.

A aprendizagem é um fruto da história de cada sujeito e das relações que ele consegue estabelecer com o conhecimento ao longo da vida, afirma Bossa (2000). Porém, quando falamos em aprendizagem, não podemos relacionar o problema simplesmente com o aluno, pois, a aprendizagem não é um processo individual, ou seja, não depende só do esforço de quem aprende, mas sim de um processo coletivo.

É o que ainda nos mostra Fernández (2001) a importância da família, que por sua vez, também é responsável pela aprendizagem da criança, já que os pais são os primeiros ensinantes e os mesmos determinam algumas modalidades de aprendizagem dos filhos.

Esta consideração também nos remete à relação professor-aluno, para essa mesma autora, "quando aprendemos, aprendemos com alguém, aprendemos daquele a quem outorgamos confiança e direito de ensinar".

Almeida (1993), também considera que a aprendizagem ocorre no vínculo com outra pessoa, a que ensina, "aprender, pois, é aprender com alguém". É no campo das relações que se estabelecem entre professor e o aluno que se criam às condições para o aprendizado, seja quais forem os objetos de conhecimentos trabalhados.

A intervenção psicopedagógica no problema de aprendizagem

As causas do não aprender podem ser diversas. Em vista dessa complexidade, é necessário reconhecer que não é tarefa fácil para os educadores compreenderem essa pluricausalidade. Portanto, torna-se comum constatar que as escolas rotulam e condenam esse grupo de alunos à repetência ou multirrepentência, como também os colocam na berlinda, com adjetivos de alunos "sem solução" e vítimas de uma desigualdade social.

Para Weiss (2000), a prática psicopedagógica deve considerar o sujeito como um ser global, composto pelos aspectos orgânico, cognitivo, afetivo, social e pedagógico. Vamos entender a participação de cada aspecto na compreensão da dificuldade de aprendizagem. O aspecto orgânico diz respeito à construção biológica do sujeito, portanto, a dificuldade de aprender de causa orgânica estaria relacionada ao corpo. O aspecto cognitivo está relacionado ao funcionamento das estruturas cognitivas. Nesse caso, o problema de aprendizagem residiria nas estruturas do pensamento do sujeito. Por exemplo, uma criança estar no estágio pré-operatório e as atividades escolares exigirem que ela esteja no estágio operatório-concreto. O aspecto afetivo diz respeito à afetividade do sujeito e de sua relação com o aprender, com o desejo de aprender, pois o indivíduo pode não conseguir estabelecer um vínculo positivo com a aprendizagem.

O aspecto social refere-se à relação do sujeito com a família, com a sociedade, seu contexto social e cultural. E, portanto, um aluno pode não aprender porque apresenta privação cultural em relação ao contexto escolar. Por último, o aspecto pedagógico, que está relacionado à forma como a escola organiza o seu trabalho, ou seja, o método, a avaliação, os conteúdos, a forma de ministrar a aula, entre outros. Para a autora a aprendizagem é a constante interação do sujeito com o meio. Podemos dizer também que é constante interação de todos os aspectos apresentados. Em contrapartida, a dificuldade de aprendizagem é o não-funcionamento ou o funcionamento insatisfatório de um dos aspectos apresentados, ou ainda, de uma relação inadequada entre eles.

Beatriz Scoz também agrupa os problemas de aprendizagem segundo a concepção de Visca (1987) para quem as dificuldades de aprendizagem referentes à escrita e à leitura, apresentam-se como nível de sintomas. Assim, esses problemas devem ser entendidos como produtos emergentes de uma pluricausalidade e não como decorrente de uma única causa.

Ainda Scoz (1994), vê os problemas de aprendizagem não se restringindo em causas físicas ou psicológicas. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multidimensional enfocando fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos. Ou seja, para aprender é necessário que

exista uma relação de condições entre fatores externos e internos. Há necessidade de estabelecer uma mediação entre o educador e o educando.

Já Sara Paín , destaca que, na concepção de Freud, os problemas de aprendizagem não são erros: "... são perturbações produzidas durante a aquisição e não nos mecanismos de conservação e disponibilidade..."; é necessário procurar compreender os problemas de aprendizagem não sobre o que se está fazendo, mas sim sobre como se está fazendo.

Ainda sobre o problema de aprendizagem Patto (1990), destaca que o fracasso escolar acontece pela falta de conhecimento, pelo menos em seus aspectos fundamentais, da realidade social na qual se enquadrou uma determinada versão sobre as diferenças de rendimento escolar existentes entre crianças de diferentes origens sociais.

Ao avaliarmos os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, vamos encontrar diversas categorias. Haverá aqueles que necessitam da intervenção psicológica ou psicopedagógica, ou até mesmo, aqueles que o problema pode ser resolvido dentro do contexto escolar, por meio de programas individualizados de ensino e práticas pedagógicas diferenciadas. Dessa forma a avaliação torna-se um elemento muito importante para traçarmos o caminho a seguir. Avaliar não para classificar, para rotular, mas para promover alternativas.

Distúrbio de leitura e escrita

O distúrbio de leitura e escrita é caracterizado pela dificuldade na aquisição e/ou desenvolvimento da linguagem escrita, têm causas variadas, podendo ser orgânicas, psicológicas, pedagógicas ou sócio-culturais Geralmente são crianças que apresentam déficits tanto na decodificação fonológica quanto de compreensão da linguagem oral e/ou escrita.

Nos anos iniciais da escolaridade, além de dificuldades no reconhecimento das palavras e de compreensão na leitura, podem demonstrar dificuldades em manter a atenção e narrar fatos e acontecimentos, e problemas de compreensão do discurso, com frequência, apresentam uma relação de sofrimento com a escrita, desinteresse pelas atividades de leitura e escrita, desconhecimento acerca de suas funções, frustrações e inseguranças geradas pelos erros que cometem enquanto leitor e escritor.

Dislexia... Ou distúrbios da leitura e da escrita?

Dislexia é uma alteração nos neurotransmissores cerebrais que impede uma criança de ler e compreender com a mesma facilidade com que o fazem as crianças da mesma faixa etária, independente de qualquer causa intelectual, cultural ou emocional. Todo o desenvolvimento da criança é normal, até entrar na escola. É um problema de base cognitiva que afeta as habilidades lingüísticas associadas à leitura e à escrita.

O atual sistema escolar é desenvolvido para a maioria, que é não-disléxica. Os disléxicos ficam à margem de um sistema educacional que os exclui e os aprisiona. A grande polêmica acerca do tema Dislexia é por seu comprometimento neurológico, mas precisamos entender que pertencem à área da Saúde apenas a causa e a diagnose. O reconhecimento das características precocemente, as conseqüências, as soluções e as adaptações pertencem à Educação. Não existem disléxicos entre os analfabetos. É nas salas de aula que a Dislexia se faz presente e o que é pior: de uma forma catastrófica e algumas vezes irreparável. As grandes dificuldades aparecem por volta dos 8 ou 9 anos de idade, quando a criança começa enfrentar temas acadêmicos mais complexos, as notas baixas e fraco desempenho escolar são características básicas na vida escolar

de crianças disléxicas.

Manifestações de decepção, desaprovação, de cólera, de ridicularização, de humilhação por parte dos grupos a que pertencem, afetam mortalmente a auto-estima destas crianças. Elas são humilhadas em todos os sentidos e por todos os grupos em que está inserida: pelos pais, pelos irmãos, pelos colegas, pelos professores. Com sua auto-estima extremamente abalada, elas certamente desenvolverão distúrbios de conduta: da agressividade à timidez intensa ou depressão, e daí para a marginalidade propriamente dita, para a delinqüência, é apenas um passo. Isso indica um desajustamento social com graves conseqüências para a sociedade como um todo. Não existe orgulho nem satisfação em destacar-se na escola por problemas de aprendizagem, nem pelas notas baixas recebidas.

Leitura lenta sem modulação, sem ritmo e sem domínio da compreensão/interpretação do texto lido; confundir algumas letras; sérios erros ortográficos; dificuldades de memória; dificuldades no manuseio de dicionários e mapas; dificuldades de copiar do quadro ou dos livros; dificuldades de entender o tempo: passado presente e futuro; tendência a uma escrita descuidada, desordenada e às vezes incompreensível; não utilização de sinais de pontuação/acentuação gramaticais; inversões, omissões, reiterações e substituições de letras, palavras ou silabas na leitura e na escrita, problemas com sequenciações.

Essas são apenas algumas das características das dislexias que podem ser observadas nas crianças com dificuldades escolares. Se pudermos dissociar as dificuldades de ler/compreender e escrever corretamente da ausência de problemas intelectuais ou de outro tipo de problemas que possam dar uma explicação alternativa ao problema apresentado, então podemos suspeitar de uma possível dislexia. Numa primeira etapa da aprendizagem, algumas crianças podem apresentar estas características, e esses são considerados erros normais dentro do processo de aprendizagem, é preciso distinguir essas dificuldades das dificuldades disléxicas que são mais profundas, constantes e contínuas. Crianças com expressivas dificuldades de leitura não são necessariamente disléxicas, mas todas as crianças disléxicas têm um sério distúrbio de leitura.

O diagnóstico precoce é imprescindível para o desenvolvimento contínuo das crianças disléxicas. Os pais precisam ultrapassar os limites da culpabilidade e enfrentar, junto com os filhos, suas dificuldades, e mostrarmos que nosso amor por eles não existe em função de suas notas escolares. Essa é uma associação muito perigosa. Como educadores precisamos caminhar, em busca das informações necessárias para que este quadro se modifique. Não podemos esperar que as informações cheguem às nossas mãos através da Escola. Elas não chegarão. Algumas instituições de ensino não preparam seus alunos, futuros professores, para atender às necessidades das crianças disléxicas. E elas existem! Estão por aí em todas as salas de aulas! Até que desistam...

Precisamos restaurar a dignidade humana nacionalmente, mas só o faremos quando pudermos compreender as graves conseqüências sociais que o insucesso escolar provoca, gerando uma relação inadequada entre esta criança e o Mundo. Selene Calafange “A palavra progresso não terá qualquer sentido enquanto houver crianças infelizes”. Albert Einstein (um dos nossos disléxicos mais famosos.

Distúrbios de aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de alterações manifestas por dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas alterações são intrínsecas ao indivíduo e presumivelmente devidas à disfunção do sistema nervoso central. Apesar de um distúrbio de aprendizagem poder ocorrer concomitantemente

com outras condições desfavoráveis (por exemplo, alteração sensorial, retardo mental, distúrbio social ou emocional) ou influências ambientais (por exemplo, diferenças culturais, instrução insuficiente/inadequada, fatores psicogênicos), não é resultado direto dessas condições ou influências. (COLLARES E MOYSÉS, 1992: 32)

Como os profissionais de Psicopedagogia chegam ao diagnóstico dos distúrbios

O Código de Ética da Psicopedagogia , em seu (Capítulo I - Dos Princípios - Artigo 1º) afirma que o psicopedagogo pode utilizar procedimentos próprios da Psicopedagogia. Neste sentido, realizando o diagnóstico psicopedagógico, o psicopedagogo está utilizando procedimentos próprio de sua área de atuação. No artigo 2º, enfatiza-se o caráter interdisciplinar da Psicopedagogia, destaca o uso de recursos das várias áreas do conhecimento humano para a compreensão do ato de aprender, também, menciona o uso de métodos e técnicas próprias.

Rubinstein (1996) destaca que o psicopedagogo pode usar como recursos a entrevista com a família; investigar o motivo da consulta; buscar na história de vida da criança realizando Anamnese; entrevistar o cliente; fazer contato com a escola e outros profissionais que atendam a criança; manter os pais informados do estado da criança e da intervenção que está sendo realizada; realizar encaminhamento para outros profissionais, quando necessário.

Os recursos apontados por Rubinstein (1996) constituem-se em instrumentos para a realização do diagnóstico e intervenção psicopedagógica. Porém, BOSSA (1994), destaca outros recursos para o diagnóstico psicopedagógico, referindo-se a Provas de Inteligência (Wisc); Testes Projetivos; Avaliação perceptomotora (Teste Bender); Teste de Apercepção Infantil (CAT.); Teste de Apercepção Temática(TAT.); também, refere-se a Provas de nível de pensamento (Piaget); Avaliação do nível pedagógico (nível de escolaridade); Desenho da família;Desenho da figura Humana;H.T.P - Casa, Arvore e Pessoa (House, Tree, Person); Testes psicomotores: Lateralidade; Estruturas rítmicas ...

A autora, assim como Fernández (1991) e Paín (1985) sugere, ainda, o uso de jogos considerando que o sujeito através deles pode manifestar, sem mecanismos de defesa, os desejos contidos em seu inconsciente. Além do mais, no enfoque psicopedagógico os jogos representam situações-problemas a serem resolvidas, pois envolvem regras, apresentam desafios e possibilita observar como o sujeito age frente a eles, qual sua estrutura de pensamento, como reage diante de dificuldades.

Quanto ao uso de testes, Bossa (1994), não apresenta restrições quanto ao uso dos instrumentos a que ela se refere para o diagnóstico psicopedagógico.

O diagnóstico psicopedagógico, segundo Rubinstein (1996), possui uma dinâmica muito particular, fazendo com que o psicopedagogo participe ativamente do processo psicopedagógico, contrariando os padrões onde o terapeuta adota uma atitude estática diante da dinâmica do caso. A conduta dinâmica proposta por Rubinstein no diagnóstico psicopedagógico é a Avaliação Assistida. Linhares , refere-se à avaliação assistida como sendo a “combinação entre avaliar e intervir ensinando diretamente o examinando durante o processo de avaliação”

As contribuições da psicopedagogia junto aos professores

A psicopedagogia, para além do atendimento clínico, é de ajuda significativa no trabalho de sala de aula. Com apoio e orientação de um psicopedagogo, o professor pode qualificar suas intervenções e buscar novas perspectivas e alternativas nas estratégias escolhidas de modo a fomentar o desenvolvi-

mento integral das potencialidades de todos, mesmo os educandos com dislexia.

O auxílio desse profissional é fundamental para definir o diagnóstico a partir das percepções que o professor apresenta sobre a criança. Associar as queixas de professores, pais e da própria criança tendo como base todo o conhecimento psicopedagógico adquirido é a função do psicopedagogo como facilitador desse processo.

Regra geral espera-se que a escola seja receptiva à multiplicidade e diversidade de condições e perfis dos educandos. Dessa forma, a inclusão ocorre de fato, sem o "efeito colateral" de colocar ainda mais em evidência, pelas suas dificuldades, essas pessoas. Figuram entre as possibilidades de trabalho que inserem não apenas os disléxicos como todos os demais na rotina da sala trabalhos em grupo, utilizando linguagens diversas, quebrando a supremacia da língua escrita, que é o maior problema dessa especificidade. Oficinas, seminários, debates, representações teatrais, musicais ou pictóricas são facilitadoras nesse processo. Evitar colocá-lo em evidência com propostas como leitura em voz alta, por exemplo, e valorizar outros saberes, reforçará sua autoestima.

Há algumas orientações específicas que são bastante válidas. Conversar olhando diretamente para o aluno e certificar-se de que compreenda os comandos, orientações específicas no que tange à organização de materiais, registros (uso de caderno, por exemplo), tempo (uso de agendas e calendários, quadros com atividades diárias), explicação direta e clara sobre a organização que o professor faz da lousa (há uma dificuldade de compreender as coisas implicitamente – a todo momento, informações devem ser dadas com clareza e diretamente e o canal de comunicação deve ser testado constantemente, uma vez que sua atenção é inconstante), definir seu lugar na sala próximo à lousa e à mesa do professor, possibilitar o uso de materiais de suporte como tabuadas ou calculadoras, tendo orientado o uso correto desses instrumentos previamente. O professor deve mediá-lo não só no que tange à construção do conhecimento, mas à maneira de lidar com sua condição, propondo novas técnicas para que ele busque seu aprendizado cada vez mais com maior autonomia. Uma forma é ensiná-lo a dominar cada conhecimento parcialmente, pois a compreensão global sobre cada assunto é de difícil compreensão para ele. Ainda assim, é comum que o ritmo de atividades seja mais lento do que o tempo médio da sala e é preciso que esse aluno seja respeitado de forma a não se sentir diminuído por isso. Aliás, a valorização dos acertos e o incentivo constante são bem-vindos para todos, mas especialmente aos disléxicos já que seu histórico escolar costuma reforçar sua inaptidão e falta de adequação ao que se espera no contexto escolar.

Para cada ação que se proponha, é interessante a construção pelo grupo de uma síntese de forma a auxiliar na ordenação do conhecimento construído no dia. Esse hábito, ao longo do período escolar pode ser cada vez mais outorgado aos alunos para conferir-lhes autonomia e autoconfiança, além da organização do conhecimento em si. Da mesma forma, é importante que o disléxico tenha clareza sobre os objetivos que foram traçados para ele. Sabendo o que se espera dele, é mais fácil empenhar-se na direção certa.

É desejável que o educando com dislexia tenha acompanhamento com outros profissionais especializados. Nesse caso, é preciso que a comunicação da escola com esses profissionais seja constante e clara de forma a convergir num trabalho sincronizado cujo objetivo comum é o desenvolvimento e a inserção do aluno no seu grupo social.

Como sua condição prevê metodologias e estratégias específicas, o professor deve considerar que a avaliação também deve seguir esse preceito. Há casos em que um leitor e escriba são designados para o aluno em provas tradicionais, há quem gra-

ve as questões e possibilite maior tempo ao aluno para o registro de suas respostas. Há ainda formas alternativas de avaliação como participação em debates, exposições, etc. Nesses momentos, é preciso estar atento para garantir que a inclusão do aluno aconteça, pois, dada a sua dificuldade na escola, muitas vezes esse aluno é rejeitado por seus pares nesse tipo de atividade. A observação do comportamento do aluno também é um importante indicador ao educador.

A avaliação, sob essa perspectiva, não pode ser considerada como um fim em si mesmo para atender às burocracias do sistema escolar (notas, relatórios...), mas deve ser constante de forma a indicar caminhos que têm bons resultados e estratégias que devem ser modificadas com vistas a qualificar o trabalho pedagógico.

No caso de avaliações escritas, algumas observações são importantes. Como o disléxico tem dificuldade para ler e entender o que lê, as avalições com textos longos não devem ser aplicadas a esses alunos. A fonte que se usa também deve ser única na prova toda, priorizando a “Arial”, de leitura mais fácil por seu traço simples. A folha deve ser o mais limpa possível, sem riscos ou qualquer outra distração desnecessária. É importante que os textos sejam claros, evitando metáforas ou terminologias complexas, a menos que seja necessário, como termos de biologia numa avaliação dessa disciplina ou um poema em uma prova de literatura, por exemplo. Mesmo nesses casos, a leitura em voz alta com detalhamento pelo professor deve ser feita de forma a auxiliá-lo na compreensão. Como também sua capacidade de memória é afetada, a avaliação deve centrar-se em conceitos e habilidades e não na memorização de datas ou definições. O professor deve fazer a leitura em voz alta das questões e recorrer, sempre que possível, a símbolos, gráficos e outras formas de comunicação visual de forma a auxiliar na compreensão do contexto da questão, em consonância como texto escrito. Em contrapartida, desenhos ou borda enfeitada só servirão para distrai-lo, devendo ser evitados. As leituras indicadas para estudos, sempre que possível, devem ser acompanhadas por documentários, filmes ou quadrinhos que sirvam como suporte à sua compreensão.

Como o disléxico tem dificuldade em localizar-se no espaço, a formatação de textos e provas deve ser cuidadosa e convencional para reforçar o que ele já sabe sobre a escrita (que no Ocidente é da esquerda para a direita e de cima para baixo) e para facilitar sua orientação de forma autônoma.

É preferível que as avaliações sejam feitas em local silencioso e com a menor quantidade possível de estímulos. Se houver disponibilidade de espaço e pessoal para esse fim, um ambiente em que o aluno esteja só como avaliador deve ser providenciado. Ainda assim, as avaliações orais, em tom informal, são preferíveis para que o aluno se sinta confiante em expor seus saberes.

Outras especificidades devem ser observadas e a escola enquanto instituição deve estar atenta às necessidades que deverá prove para facilitar o trabalho do professor no desempenho de suas funções. Além da disponibilidade de um escriba, também é necessário possibilitar mais tempo para o professor planejar-se, elaborar material específico e reunir-se com a equipe profissional que atende o sujeito fora da escola. É preciso que o professor receba apoio também em relação às suas angústias pois é comum que ocorram pela frustração com os resultados mais lentos e com sua própria capacidade de interferir positivamente no caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe, só levo

a certeza de que muito pouco eu sei, eu nada sei (...).

(Almir Sater e Renato Teixeira)

A psicopedagogia pode contribuir de maneira eficaz com o trabalho pedagógico realizado em sala de aula, em especial no que se refere à metodologia adotada por cada profissional frente às necessidades que se apresentam. Afinal, não apenas as dificuldades dos alunos devem ser consideradas, mas também as do professor que recebe alunos que representam, cada um, uma nova maneira de aprender e, portanto, de ensinar. Sucesso e fracasso se inter-relacionam.

No âmbito da dislexia, é preciso que haja parceria entre o pedagogo e o psicopedagogo que atendem o sujeito para que a dificuldade de aprendizagem seja amenizada desde os primeiros anos evitando sucessivos fracassos escolares em sua vida de forma a incentivar sua autoconfiança e autoestima. Tanto quanto possível, espera-se que as ações sejam preventivas.

O trabalho conjunto e a presteza nas ações facilitarão a compreensão do aluno em relação às suas peculiaridades e, consequentemente, sua autonomia e a capacidade de compreender como deve proceder para que aprenda. O processo de ensino deve prever a autorregulação, ou seja, a capacidade de autoavaliação do aluno frente às suas próprias necessidades e peculiaridades e o domínio de sua forma de aprender.

Na busca por alternativas, a psicopedagogia colabora de maneira incisiva com a pedagogia, fornecendo resultados de estudos e propondo métodos e intervenções que podem ser executadas com relativa facilidade desde que haja apoio da instituição ao trabalho do professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. F. C. O lugar da afetividade e o desejo na relação ensinar-aprender; In: Revista Temas em Psicologia. Ribeira Preto – SP: Sociedade Brasileira de psicologia, 1993, n.1.

BOSSA, N. A Psicopedagogia no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CASTORINA, J. A. Psicologia genética. Aspectos metodológicos e implicações pedagógicas. Porto Alegre: Artes médicas, 1988.

FERNÁNDEZ, A. O Saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed,1991.

FERNÁNDEZ, A. O Saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed,2001.

LINHARES, Maria Beatriz M. Avaliação Assistida. Psicologia: Teorias e Pesquisa, Brasília, 11 (1): 23-31, 1995.

PAÍN, Sara. Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem. 3ª edição, Porto Alegre, Artes Médicas, 1989

PAIN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1992.

PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia, São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PIAGET, Jean. A equilibração das estruturas cognitivas: problema central ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar.1976.

PIAGET, Jean. Como se desarolla la mente del niño. In : PIAGET, Jean et allii. Los años postergados: la primera infancia. Paris : UNICEF, 1975.

RUBINSTEIN, E.. A Intervenção Psicopedagógica Clínica, in SCOZ at alii, Psicopedagogia: Contextualização, Formação e Atuação Profissional, Porto Alegre: Artes Médicas, l992.

SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.